

## OS INSTITUTOS FEDERAIS E O IMAGINÁRIO DAS MULTIVERSIDADES

**Me. Bruno Freitas Santos** ☎ 0000-0002-9796-7159  
**Dackson Romário de Souza Marins** ☎ 0009-0000-4455-2462  
**Dr. Gabriel Kafure da Rocha** ☎ 0000-0001-7088-6239  
Instituto Federal do Sertão Pernambucano

**RESUMO:** O presente trabalho pretende discorrer sobre a criação do conceito de multiversidades em contraposição ao conceito já desgastado de universidade. No Brasil, traremos como objeto de experimentação a atuação dos Institutos Federais de Educação (IFs), instituições híbridas no sentido de atuarem como um liceu na formação técnica de jovens adolescentes e de atuarem como uma academia na formação superior. Assim, queremos tratar da questão a partir do prisma da formação de professores e estudantes, os quais, ao adentrar nos IFs podem readequar suas perspectivas educativas de formação que pode ser enriquecido com o imaginário demonstram a relação entre realidade e imaginário das multiversidades em proposta enquanto Novo Espírito Pedagógico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Novo Espírito Pedagógico; Pluralismo; Educação Técnico-Profissionalizante.

## THE FEDERAL INSTITUTES AND THE IMAGINARY OF MULTIVERSITIES

**ABSTRACT:** The present work intends to discuss the creation of the concept of multiversities in opposition to the already worn out concept of university. In Brazil, we will bring as an object of experimentation the performance of the Federal Institutes of Education (IFs), hybrid institutions in the sense of acting as a high school in the technical training of young adolescents and of acting as an academy in higher education. Thus, we want to address the issue from the perspective of training teachers and students, who, when entering the IFs, can readjust their educational perspectives of training that can be enriched with the imaginary, demonstrate the relationship between reality and the imaginary of the multiversities in proposal as New Pedagogical Spirit.

**KEYWORDS:** New Pedagogical Spirit; Pluralism; Technical-Vocational Education.



## 1 INTRODUÇÃO

Falar sobre o imaginário das multiversidades como ideia que pode conduzir o futuro dos IFs, é uma tarefa que exige antes de tudo falar sobre a realidade histórica dessas instituições. Propor que há um imaginário que permeia essa transição do ensino tecnicista para uma visão mais holística e complexa, é uma tarefa de um Novo Espírito Pedagógico tal qual filósofos como Gilbert Durand, Alberto Filipe Araújo, Jean-Jacques Wunemberger e Bruno Duborgel nos relegam para aplicação conceitual da realidade.

Queremos demonstrar assim, que a realidade dos IFs está imersa em uma dualidade entre a cultura científica e o imaginário de ser uma escola diferencial e inovadora, tal qual os colégios aplicação, onde é possível aplicar novas pedagogias. Ainda que saibamos da dificuldade de falar sobre os IFs como um todo devido a pluralidade de cada instituição e campus, é justamente o imaginário que pretendemos criar que nos dá a possibilidade de uma chave conceitual para entender esse fenômeno sem ignorar a sua complexidade. Por isso, a visão de um Novo Espírito Pedagógico se mostra sintética da construção libertadora pela qual a educação brasileira vem passando desde Paulo Freire, valorizando o processo pedagógico em detrimento do conteudismo que se desdobra agora da relação entre técnica e imaginário.

## 2 CONTEXTO HISTÓRICO

Situando-se a imaginação, entendida já como a faculdade do possível, o poder da contingência do futuro entre portas [...] da “razão técnica”, [...] e identificando-se o imaginário com a noção capital de “trajeto antropológico” (ARAÚJO; TEIXEIRA, 2009, p. 12).



A transição do século XX para o século XXI coincidiu com inúmeras mudanças paradigmáticas de grandes proporções, seja na educação, na economia no trabalho e na renda. No entanto, ao falarmos de educação pública brasileira, aonde se tem um processo de fragilização, descaso e negligência muito acentuada em muitas das realidades brasileiras (ALVES; MAGALHÃES JÚNIOR; NEVES, 2020).

Entre essas questões encontra-se na pauta principal a educação pública oferecidas pelos IFs e das demais instituições de ensino, atingida pela crise e pelas políticas neoliberais engessadas, que visam apenas interesses próprios e egoístas, que visa apenas o bem comum de poucos, que ocupam a cúpula da economia mundial.

É importante frisar que os Institutos Federais foram criados durante o governo do Presidente Lula, pelo então Ministro da Educação Fernando Haddad. Essa iniciativa teve uma grande repercussão na interiorização da educação pública de qualidade. Contudo, os IFs vêm sofrendo duros desgastes de cortes de orçamentos. É frequente na realidade brasileira nos depararmos com o fato de que com toda potencialidade dessas instituições, praticamente todo ano existe a ameaça de não haver mais recursos para a continuidade de suas ações.

O ciclo neoliberal, que se tem dentro das instituições de ensino definem um modelo cartesiano e positivista, no qual um conteúdo ideológico a ser trabalho, que inspira e incentiva a competitividade, as vezes também exclui e segrega os indivíduos pelos resquícios tecnicistas da origem dos IFs relacionada às antigas escolas técnicas federais. A expansão da educação profissional e tecnológica desde 2003, no início do governo Lula é notável pela forma que o governo federal tem implementado, na área educacional, políticas educacionais que se expandiram positivamente dentro dos IFs, trazendo aberturas de novas oportunidades para milhões de jovens e adultos da classe trabalhadora, por meio dos IFs, um momento significativo da história da educação brasileira (ALVES; MAGALHÃES JÚNIOR; NEVES, 2020).



As universidades brasileiras perderam, de certa forma, espaço para o IFs, como uma nova roupagem desde 2008, ano de sua criação, que tem sido uma ponte para integrar melhor a educação profissional e tecnológica (EPT) ao mercado de trabalho, servindo de porta aberta para milhares de alunos de baixa renda, que tiveram a chance de se qualificar e especificar em uma área específica com cursos técnicos mais curtos e com maior aplicação no mercado de trabalho.

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia enquanto Novo Espírito Pedagógico (NEP)<sup>1</sup> foram um marco histórico para a história da educação brasileira com inúmeros benefícios e resultados notórios a todos. A inclusão educacional se tornou mais efetiva em meio a uma sociedade desigual, foram amenizadas as taxas de exclusão educacional. Com a construção de uma nova porta, que se abria por meio dos IFs em todo o país, oportunizando a concretização de sonhos, ideias e projetos de vida para muitos estudantes (BRASIL, 2008).

O mundo do trabalho passou agora a ter um novo cenário na perspectiva da formação, justamente por focar a educação sob a reflexão do trabalho de homens e mulheres. O poder público e a sociedade, de forma articulada passam agora a escrever um novo capítulo dessa história, por meio dos IFs, espalhados por todas as regiões brasileiras.

Os Institutos Federais, criados em 2008, vem como propostas de garantir o mínimo de 20% de suas vagas a cursos de formação de profissionais, atendendo, prioritariamente, as áreas carentes com demandas preocupantes. Considerando a escassez de novas oportunidades de trabalhos na promoção de cursos técnicos e profissionais, mudando positivamente o panorama brasileiro (CAVALCANTI, 2016).

---

<sup>1</sup> “O NEP do espírito científico constitui, face àquela, um polo contraditório. E, se a pedagogia do esforço científico pode e deve entrarem luta contra os procedimentos e produções da gestão imaginativa do mundo, uma luta destas nada tem a ver com as pretensões da iconoclastia positivista e generalizada, processando-se antes no único contexto delimitado do conhecimento que a requer” (DUBORGEL, 1992, p. 313).



Dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira entre 2008 e 2018 revelaram que os Institutos Federais apresentaram grande e significativa expansão na oferta de licenciaturas, cursos técnicos e de pós graduação com foco nas áreas prioritárias, e têm contribuído para aumentar a participação e acessibilidade de milhares de pessoas dentro dessas instituições públicas de Educação.

Estudos têm apontado, que há uma crise na formação da Educação Básica no Brasil, e que se propaga para as demais modalidades, mas há também avanços significativos como por exemplos os inúmeros Institutos Federais espalhados em todo o Brasil, funcionando como multiversidades, trazendo um leque de possibilidades e de funcionalidades com resultados expressivos em todo o Brasil, servindo de referência para outros países vizinhos (RUIZ; RAMOS; HINGEL, 2007). No entanto, conforme um estudo recente realizado por Alves e Magalhães Júnior (2018), mostra-se que ainda temos algumas deficiências na educação, que são históricas e culturais, tais como a falta de qualificação de docentes, sala de aula sem as condições mínimas para qualidade e os recursos escassos.

A criação de programas de aligeiramento do processo de formação educacional e profissional, tem sido desenvolvido em grande escala, assegurando o direito à licença capacitação dos docentes, tendo seu salário garantido e um professor substituto durante o período da licença. As inúmeras deficiências que acabam servindo apenas de uma escola certificadora, tentam ser superadas ao trabalhar o homem em todas as suas dimensões e plenitudes, ou sejam uma educação *omnilateral* e não unilateral.

A lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foi um passo importante para alavancar positivamente a educação em vários eixos, pois permitiu a oferta de uma educação ampla e significativa para muitas gerações, que ansiavam por uma formação melhor, mais fundamentada e um ensino superior com maior acessibilidade.



Os IFs, no âmbito legal, tiveram sua constituição iniciada por meio do Decreto nº 6.095/2007 que estabeleceu diretrizes para a transformação das instituições federais de educação tecnológica em IFs, que passaram, juntamente a se integrar com os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), as Escolas Técnicas vinculadas às universidades federais, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná e o Colégio Pedro II, a compor a Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica (BRASIL, 2007). Todas essas transformações foram e eram necessárias para que houvesse, mesmo que de forma tardia, um passo qualitativo e quantitativo para a educação, principalmente para a classes mais vulneráveis, que necessitavam de um olhar prioritário.

### 3 MULTIVERSIDADES

A verdade do conceito passa pela comunidade escolar, a única que pode obrigar a razão indolente a entrar em contradição com ela mesma. A formação científica, portanto, torna-se uma oportunidade para a mente aprender a resistência e refutação a fim de que possa entrar no compartilhamento do conhecimento racional, onde a preeminência do Eu deve dar lugar à autoridade interpessoal do Nós (WUNENBURGER, 2021, p. 279).

O imaginário das multiversidades é uma experiência de pensamento que cria um conceito que busca dar conta da complexidade dos IFs, com virtudes, inovações e também problemas, essas instituições ganham uma nova roupagem a partir do memento que reconhecem a importância da humanização de suas práticas educativas de alimentar sonhos de jovens e adultos que nelas estudam.

Nas últimas décadas, presenciamos um contexto de inúmeras crises sociais, econômicas, financeira e em vários outros aspectos que atingiram não só a educação, mas toda uma sociedade. Quando se trata da destinação dos recursos públicos para a educação superior pública (CAVALCANTI, 2016), a própria noção de Universidade vem sendo questionada pelo sistema de uma formação em massa que não consegue uma saída no mercado.



Ora, é importante primeiramente fortalecer que essa crítica se contrapõe ao fato de que a Educação é antes de tudo um direito. Sendo assim, todos devem ter o direito de ter uma profissão escolhida e qualificada para tal, assim como todos que quiserem prosseguir nos estudos, devem ter acesso à pós-graduações, mestrados e doutorados, independente de lecionarem ou não.

Os institutos federais como multiversidades, representam hoje um reordenamento do que se configurou na maior expansão da acessibilidade à educação profissionalizante desde história da Rede Federal desde a criação das primeiras escolas técnicas, em 1909. Os IFs são uma marca positiva dentro da história da educação brasileira, pois suprem uma demanda por profissionais mais técnicos, que ao mesmo tempo refletem sobre suas funções de um ponto de vista intelectual acerca das futuras gerações, que ainda estão por vir no universo do mercado de trabalho e na educação como um todo.

A atuação dos IFs na oferta de cursos de ensino médio, de licenciaturas e de pós graduação *latu e stricto sensu*, representa hoje um avanço significativo e uma porta, que se abre para todos que são filhos das classes trabalhadoras, e que precisam de uma oportunidade de trabalho e de melhores condições, bem como mais valorização. E respectivamente salários melhores para milhares de filhos de trabalhadores, que estão atuando nos cargos tidos como inferiores e menosprezados pela sociedade. Diferentemente de outras Instituições de Educação Superior (IES), os IFs têm um diferencial importante, e que precisa ser enfatizado sempre. O objetivo dos IFs, cuja principal função é a intervenção na realidade na perspectiva de construção de um país soberano, um grande desafio que chega ser uma utopia social em meio a uma sociedade com tantas contradições (GATTI; BARRETO; ANDRÉ, 2020).

Pelas incumbências de ofertar o Ensino Médio Integrado, os cursos de licenciatura, de pós graduação *lato e strictu sensu* de modo a atender, prioritariamente, as muitas áreas do conhecimento, tais como as Ciências, a Matemática e Educação Profissional e Tecnológica se tornam uma multiversidade



pelo sentido filosófico e simbólico disso (ZASLAVSKY, *et al.*, 2019, p. 39). Tal atribuição se caracteriza como um avanço para todas as esferas da sociedade, do mercado de trabalho e da educação como um todo que se pluriversalizam nas múltiplas funções da capacidade humana.

Haja vista, que ainda precisamos de melhorias e de novas políticas públicas educacionais em muitos outros setores que caminham de forma concomitante com a educação, para ampliar tais oportunidades para os lugares mais difíceis dos interiores do país, que tem dimensões continentais, e que ficam tão difíceis as reais intervenções. Cerca de 20% das vagas ofertadas pelos IFs devem ser destinadas a cursos de licenciaturas, cursos técnicos um número ainda pequeno e que precisa ser quadruplicado para cada vez mais públicos maiores sejam contemplados (BRASIL, 2008a).

Outra novidade importante dos IFs no campo da educação é as formações iniciais e continuada para melhorias dos docentes e profissionais das mais diferentes áreas do mercado de trabalho, que estão espalhados nas milhares salas de aula e espaços de trabalhos de todo o Brasil (LIMA, 2013; 2016a).

Mororó e Pereira (2019) e Alves, Magalhães Júnior e Neves (2020), falam que há poucos estudos sobre os benefícios dos Institutos Federais como espaço de multiversidades e que precisam expandir os olhos para esse trabalho minucioso, que vem sido desenvolvido, desde 2008 e com frutos claros e nítidos em toda a sociedade. É importante ressaltar também a transformação educacional que a pandemia da COVID 19 desempenhou na educação. Há inúmeras problemáticas que já existiam antes da pandemia, mas que durante o período de ensino remoto, demonstraram fragilidades e potencialidades que podem ser ressaltadas.

Pereira (2019), enfatiza que o Institutos Federais, vem como um instrumento interventor de educação para que a educação que temos hoje, se tornasse cada vez mais inclusiva de fato. Assim, o trabalho de todos os IFs no país durante a pandemia demonstrou a capacidade de superação de obstáculos, que na maioria





ficam nos bastidores do anonimato, mas que tem sido um grande diferencial. Um deles, é o fato de que não é possível mais se falar de um retorno ao que se entendia como ensino presencial e à distância. O ensino híbrido se percebe em avanços amplos e significativos, mas que ainda enfrentam amplos obstáculos do ponto de vista das legislações dos IFs, quando se fala de educação “pública” de qualidade, falta ainda muito para se chegar ao topo da inclusão educacional e social.

A expansão na oferta de cursos de técnicos, licenciaturas, de pós graduação pelos IFs tem representado hoje números expressivos e significativos quando se fala de um país com um números absurdos de pessoas excluídas, em uma sociedade submergida num sistema alienador e alienante chamado de capitalismo, com os seus efeitos desastrosos. A oferta obrigatória de cursos para as diferentes modalidades é ainda pequena quando se trata de Brasil, muitos não conseguem chegar ao término de um curso técnico e de um curso de nível superior, seja pela questão das distâncias que representam o ensino presencial e a locomoção para essa realização, seja pela questão das condições que o ensino remoto exige em termos de equipamentos e acesso à internet (ESTRELA, 2016; LIMA; BARREYRO, 2018).

Porém, para Lima (2016b), a solução dos problemas para educação não está apenas nos IFs, mas num conjunto de ações e de intervenções, que devem acontecer em várias instâncias e esferas da sociedade. Entendemos assim que um meio termo dessa questão seria uma síntese dialética do que poderíamos falar não mais de uma dualidade entre o Ensino à Distância ou Presencial, que coloca o semipresencial como âmbito da EAD. Poderíamos falar então de uma espécie de ensino semi-remoto como constatação de que o ensino presencial não tem como fugir mais das ferramentas virtuais de aprendizagem.

Com os IFs nasce também a oportunidade de melhorias em várias campos do universo educacional e do mercado de trabalho não, só da educação profissional e tecnológicas, mas também das demais áreas. Os IFs durante a última década, conforme estudos recentes nas mais diferentes áreas preferenciais



nos cursos técnicos, ensino médio integrados, licenciaturas e pós-graduação representou um salto histórico com um crescimento efetivo no sistema econômico na acessibilidade de educação, para as classes menos favorecidas, mas a evasão continua sendo um grave problema que exige estratégias inclusivas.

Todos esses resultados são avanços significativos, mas se precisam de maiores recursos e investimentos para se ampliar essa educação no sentido vertical e horizontal e transversal. Em 2008, os IFs contavam com 21 cursos de licenciaturas em Matemática, 14 em EPT, 13 em Química, 11 em Física e 8 em Ciências Biológicas. E esses números só ampliaram significativamente, para que um público cada vez maior, fossem contemplados. Pesquisas de 2018, trazem um aumento de 456,72% de crescimento entre 2009 e 2012, mas há ainda muito ser feito para os que se encontram excluídos nas margens da sociedade, sejam contempladas. Hoje, por exemplo, já há diversos mestrados profissionais, ProfEPT, uma iniciativa própria dos Institutos, mas até mestrado de Filosofia já existem em IFs em Permanbuco.

Evidenciamos, ainda por meio de estudos recentes que os IFs não limitaram uma única atuação, pelo contrário trouxe um leque de possibilidades, com às áreas prioritárias, passando a ofertar ensino médio técnico, licenciaturas e pós graduação, mostrando que as áreas do conhecimento são muito versáteis.

As ofertas dos IFs, hoje de pluralidade e não apenas restrita numa visão tecnológica ou profissional. Tendo espaço garantido para as licenciaturas em Arte e Filosofia, História e Sociologia, Educação Física, Geografia e Letras, um importante dado que ajuda a desmitificar a imagem, que foram criada ao longo da histórias que educação profissional e tecnológica são as únicas metas dos IFs (ESTRELA, 2016).

Hoje os IFs por meio de muito trabalho e muitos esforços, tais instituições conquistou e construiu uma história, uma própria evolução, sua própria história e diga-se de passagem bastante significativa. A relevância numérica também precisa ser colocada a prova a saber o aumento quantitativo de 1.125% no período



considerado, o auge dos IFs com destaque para o curso de Pedagogia que passou de 1, em 2008, para 21 cursos em 2018. Isso revela um crescimento onde a população, sai ganhando e o mercado de trabalho também, pois terá homens e mulheres cada vez mais qualificados tecnicamente e emocionalmente falando (MORORÓ; PEREIRA, 2019).

Para nomes consagrados como Alves, Magalhães Júnior e Neves (2020), os IFs foram chamados como “novo locus de formação de professores”, não só no campo tradicionalmente da EPT mais também em espaços que eram ocupados pelas universidades tidas como tradicionais e convencionais.

Por negligências, por desinformação ou por ignorância parte da população que desconhecem algumas particularidades dessas instituições, que desde a sua fundação tem sido um salto de qualidade e de acessibilidade para uma educação de grande peso, que vai muito além do eixo a relação com a educação profissional e tecnológica.

Uma importante característica dessas instituições é a diversidade na oferta de diversos níveis e modalidades de ensino, o que confronta diretamente o estilo formador das universidades de educação superior, o que torna esses espaços privilegiados e muito mais acessíveis do que as universidades tradicionais, que colocam inúmeras barreiras de acesso para seus milhares de estudantes espalhados por todo o território nacional (LIMA, 2016b, p. 3).

Os IFs têm contribuindo intensamente para o processo de construção de uma nova identidade docente, discente, e do trabalhador técnico ou não (CAVALCANTI, 2016). No cenário brasileiro a oferta dos diferentes cursos nos IFs, não se trata apenas de um avanço histórico, se trata de uma expansão da Educação Superior no Brasil, uma realidade que fica nítida a todos os brasileiros.

Ribeiro e Medeiros (2020) observaram que o Plano Nacional da Educação (PNE), decênio 2001 a 2010 (Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001), foi um dos documentos oficiais que revelou elementos significativos, sobre os IFs que consiste em uma das metas de ampliação da taxa bruta de acesso à educação



superior. Com número superiores a de Programas tradicionais como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), criado em 2001, e do Universidade para Todos (Prouni), de 2005 números recordistas, que representa de fato acessibilidade a educação e inclusão social (RIBEIRO; MEDEIROS, 2020). É relevante ressaltar que o aumento da participação dos IFs como instituições educacionais é um avanço histórico, que precisam ser frisado e notório a todos (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2012).

O processo de privatização do sistema educacional, vem acontecendo de forma acelerada, o que torna uma barreira para os filhos da classe trabalhadora. No entanto, de forma positiva a ampliação do número de instituições como os IFS é uma forma de redemocratização do país, no que se refere a educação pública superior.

O cenário brasileiro quando se fala de educação superior é ainda decadente, e precisa de ações específica na forma de políticas públicas educacionais, que ainda necessitam ser articuladas e desenvolvidas. No geral, observamos que houve um aumento positivo no número total de alunos e de cursos dentro dos IFs, porem haja vista que é necessário ampliar e se pensar ainda em número maiores, pois as barreiras e entraves sociais ainda se perpetuam em números absurdos de pessoas, que ainda estão fora desses importantes espaços (RIBEIRO; MEDEIROS, 2020).

Conforme apontado por Silva Júnior e Sguissardi (2012) e Ribeiro e Medeiros (2020), observamos a evolução da quantidade de cursos, de licenciaturas, de pós graduação dentro dessas instituições, mas quando se fala de Brasil há ainda muito para ser feito e implantado, pois os números não mentem, quando se fala exclusão educacional ainda são gritantes, sendo necessários ações e intervenções dentro de cada campo da sociedade (GATTI, 2014, p. 38).

O percentual elevado de alunos atendidos e formados dentro dos IFs são vitórias significativas, mas é preciso ainda direcionar um olhar prioritários para



aqueles que se encontram, nas margens da exclusão e da extrema pobreza. o Ensino Médio integrado dentro dos IFS oportunizou maiores chances para o mercado de trabalho, que tão competitivo e excludente (BRASIL, 2008c).

Vale mencionar que as demandas e carências sociais tem números gigantescos, mas muito trabalho vem sendo desenvolvido e resultados expressivos alcançados, tais como em 2008, “foram criadas 71.979 ‘vagas novas’ em cursos presenciais dentro dos IFs” (BRASIL, 2009a; 2019a). Contudo, esse número é ainda pequeno uma vez que, no Brasil não temos controle de natalidade, assim o Brasil cresce desenfreado e junto com esse crescimento, as demandas aumentam gerando mais pobreza e miséria social, que na grande maioria das vezes não tem a devido intervenção.

Em âmbito geral, não se trata apenas de oferecer uma quantidade total de vagas, se trata de oferecer dignidades, respeito mútuo, humanidade e uma oportunidade de se qualificar e de inserir dentro do mercado de trabalho (BRASIL, 2019a).

Isso significa dizer que os IFs, enquanto instituições de ensino, não têm todas as soluções, mas tem novos ingredientes que podem ser considerados chaves, pois permitem se efetivar as possíveis soluções aliadas a conjuntos de outras ações que devem acontecer de forma concomitante para o sucesso. O INEP e outros órgãos que apuram, avaliam e examinam as estatísticas mostram avanços dentro dos agrupa IFs e CEFETs, mas o percentual referido ainda é pouco. São necessárias ações específicas e maiores investimentos para se efetivar uma educação superior acessível e de fato de todos e para todos.

Haja vista que, só a expansão das matrículas dentro dos IFs não é suficiente. É preciso dar as condições mínimas e básicas para a permanência, haja vista que a evasão é um problema grave do ensino público, é preciso que se assegure ao indivíduo dentro das instituições uma porta de entrada para emprego, para que o mesmo venha atuar futuramente. Por outro lado, têm diminuído a uma taxa média anual de -3,67%, de pessoas que não teriam chances



limitadas de se chegar a um curso técnico integrado, a uma licenciatura, a um pós graduação por requisitos de pobreza social e financeira e por meio dos IFs, isso se tornou uma realidade nítida para muitos (GATTI, 2014).

## 4 UMA EPISTEMOLOGIA DA PRÁTICA DA FORMAÇÃO CONTÍNUA

É a estrutura, enquanto força motivadora, dinamizadora do psiquismo, dessa forma de ver o mundo que aqui se busca para se provocar uma pedagogia da epistemologia dos próprios estudantes. A intenção é a de chegar ao estudante, com imagens que abrem caminhos, para que esse busque (em si e/ou no mundo) a sua epistemologia (MACHADO, 2021, p. 318).

Para entendermos o desafio da expansão dos institutos como multiversidades, gostaríamos de ressaltar a perspectiva relacional da formação de professores como política de capacitação dos professores e técnicos e para a sociedade em geral. A importância de que cada um encontre sua epistemologia como forma dinamizadora do processo de ensino-aprendizagem tem como chave a “filosofia do não”, ou seja, de negar suas influências para dar abertura para o novo como perspectiva original e singular de sua prática docente.

Num artigo de analisado escrito por Marlise Márcia Trebien, Wiusilene Rufino de Souza, Elialdo Rodrigues de Oliveira e Jaci Lima da Silva, publicado no ano de 2020, na Revista Ambiente: Gestão e Desenvolvimento apresenta-se as principais contribuições da Formação Continuada para a prática pedagógica dos docentes. Assim também, a importância, que os professores identificam neste processo, para a transformação de suas ações no cotidiano do exercício de sua profissão, por meio de aprendizados, reflexões e ações que os possibilitam confirmar a relação existente entre a teoria e a prática.

Literaturas que fundamentam o resultado da formação contínua podem ser baseadas em escritos de diversos autores, destacando-se dentre eles: Gadotti, Ibérnon, Nóvoa, Romanowsky e Freire, os quais têm pontos de vista, elencados no



texto, que concordam em pensar a Formação Continuada como um processo necessário que precisa fazer sentido para quem o recebe. Aliando teoria à prática e prática à teoria, os IFs vem sendo importantes Instituições onde o processo pedagógico acontecem de forma contínua, fora e dentro da própria escola, com o auxílio da comunidade e de acordo com as carências existentes na realidade de cada contexto escolar.

Mesmo existindo um vasto acervo de estudos que tratam sobre a Formação Continuada, a temática se faz pertinente e necessária de continuar a ser estudada, e isso é totalmente plausível, uma vez que ela é considerada um dos eixos das políticas públicas brasileiras, além de, por meio dela, ser cada vez mais evidenciada a possibilidade de melhoria da prática profissional e, principalmente, da qualidade da educação em termos de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Ao apontar que se faz urgente um processo de formação permanente e incessante, que seja embasado na epistemologia da prática e do cotidiano. Em meio a todas as transformações sociais as quais estamos submetidos e que experimentamos dia após dia, é importante atentar para que ocorra uma Formação Continuada capaz de dar suporte a ações educativas que sejam inovadoras e conscientes. Logo, é importante para os IFs que as formações possam gerar uma preparação para o aluno/professor que corresponda ao desenvolvimento de habilidades que ele poderá e/ou precisará usar por toda a vida.

A ideia de que a Formação Continuada não se faz de maneira isolada é o diferencial dos IFs geralmente sob o aspecto mais prático por se situar em um ambiente industrial ou agrário para a prática direta do conhecimento. É necessário concordar com isso, pois a construção existente no compartilhamento de experiências e informações, que acontecem entre pessoas com o mesmo objetivo, é algo sólido e abrangente, capaz de originar crescimentos que beneficiam todo o coletivo envolvido.



Uma Formação Continuada não consiste em apenas receber e reproduzir técnicas, mas em, por meio da partilha de experiências, da construção de conhecimento, da pesquisa e da reflexão, originar um aperfeiçoamento e uma melhoria de prática que consista numa qualidade de ensino que tenha significado para quem ensina e para quem aprende.

Ressalta-se assim o alinhamento dos IFs com a implantação massivas de cursos de especializações, programas de pós-graduações *lato e strictu sensu* tais como mestrados profissionais. Isso também compactua com a interiorização do conhecimento, ainda que haja ainda uma grande dificuldade de aceitação do aumento de carga horária dedicados à pós-graduação por parte dos professores. Em grande parte, isso ocorre pelo fato de que os docentes na carreira EBTT só precisam dar aulas para progredirem na carreira, diferente das universidades em que a exigência de produção editorial é o mais fundamental.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Que “projeto” pedagógico tão entusiasmante, bem longe da pretensiosa melancolia de Buridan! Por um lado soltar o imaginário [...] [Por outro] Teríamos uma escola ancorada no seio de nossa cultura e da sua irreprimível evolução, uma escola na atualidade apaixonante das reminiscências das nossas cidades, dos nossos monumentos, das nossas paisagens moldadas por tantos séculos de amor e labuta (DURAND *apud* DUBORGE, 1992, p. 10).

Não pretendemos aqui enaltecer os IFs e desvalorizar as demais instituições públicas de ensino pública, pois cada uma delas tem seu valor e sua função social. Pretende-se discutir e dar o verdadeiro mérito, a essa importante instituição, que vem sendo ofertado dentro dos IFs não só a educação profissional tecnológica, mas nas demais as áreas e graus do conhecimento (BRASIL, 2019b).

Por fim, ao avaliarmos o papel social e pedagógico dos IFs, notamos avanços e evoluções que ainda estão em fase de aperfeiçoamento, o imaginário da





qualificação é antes de tudo um direito, o de terem oportunidade, a qualidade, o acesso ao mercado de trabalho na escolha profissional de cada. (BRASIL, 2010).

Destacamos que muitos outros esforços e novas políticas públicas sociais e educacionais, ainda precisam ser implantadas para haja maiores oportunidades e vagas para aqueles, que concluírem o ensino fundamental e que ingressarão no segundo grau, e que almejam voos maiores como os cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu.

Conforme Lima e Barreyro (2018) e Mororó e Pereira (2019), o território brasileiro é gigante e com problemas históricos e culturais e na maioria das vezes os IFs não terá as soluções, pois a maior qualidade educacional de efetiva por meio de um conjunto de outras ações que envolve poder público e gestão administrativa em arquitetada. Teremos de fato uma educação superior melhor e de maior qualidade com muitas outras ações acontecendo de forma concomitante.

Lima (2016) fala da devida valorização social, política e econômica do indivíduo como ser humano e não como uma máquina de trabalho ou objeto de trabalho. Além das melhores condições de trabalho, estímulo ao desenvolvimento profissional, sem falar da autoestima da pessoa humana, que cada um precisa desenvolver em todos os ciclos da vida humana.

Nas últimas décadas os Ifs tiveram uma rápida expansão e se destacaram na criação de novos cursos de licenciaturas, cursos técnicos e de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, orem isso não é tudo. Os Ifs como um novo lócus tem suas particularidades diferentes em relação a outras instituições, o que exige maior flexibilidade e reflexão, sobretudo melhores portas de entrada para o trabalho e para renda.

Nos IFs, o cenário atual mostra que, há muito a ser desenvolvido e ser implantado, principalmente quando de fala majoritariamente da educação pública superior. Independentemente da modalidade, de cada instituição de ensino há muito ser feito, e há muito para ser investido para que os IFs, sejam cada vez mais um espaço múltiplo e plural enquanto multiversidades.



## REFERÊNCIAS

ALVES, M. F. S., MAGALHÃES JÚNIOR, C. A. O. O professor como sujeito da reforma do Ensino Médio: uma análise a partir dos documentos oficiais. **Interfaces da Educ.**, Paranaíba, v. 9, n. 25, p. 304-324, 2018.

ALVES, M. F. S.; MAGALHÃES JÚNIOR, C. A. O.; NEVES, M. D. A formação inicial de professores nos Institutos Federais de acordo com teses e dissertações. **ACTIO: Docência em Ciências**, Curitiba, no prelo 2020.

ANFOPE. Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação. Políticas Nacionais de Formação no Sistema Nacional de Educação. Base Nacional Comum para a educação básica e a formação de professores. In: XVII Encontro Nacional da ANFOPE. 2014, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: UnB, 2014. Disponível em: <http://www.anfope.org.br/documentos/finais/>. Acesso em: 17 mai. 2019.

ARAÚJO, A. F.; TEIXEIRA, M. Gilbert Durand e a pedagogia do imaginário. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 44, n. 4, p. 7-13, out./dez. 2009.

BRASIL. **Contribuições para o processo de construção dos cursos de licenciaturas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília: SETEC/MEC, 2008b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/licenciatura\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/licenciatura_05.pdf). Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007**. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Brasília, 2007.

BRASIL. **Lei nº 11.684, de 2 de julho de 2008**. Altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Brasília, 2008c.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008a.



BRASIL. **Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica: concepções e diretrizes**. Brasília: SETEC/MEC, 2010. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/institucional/normas-e-%20leis/concepcao-e-diretrizes-dos-institutos.pdf/view>. Acesso em: 20 nov. 2019.

CAVALCANTI, A. S. **Permanências na mudança, identidades em questão: significados da docência entre formadores de professores de Educação em Ciências em um modelo educacional em construção**. 2016. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e Matemática) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

DUBORGEL, B. **Imaginário e Pedagogia**. Trad. Maria Reis. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

ESRELA, S. M. **Política das Licenciaturas da Educação Profissional: o ethos docente em (des)construção**. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016.

GATTI, B. A. A formação inicial de professores para a Educação Básica: as licenciaturas. **Revista USP**, n. 100, p. 33-46, 2014.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000212183>. Acesso em: 18 fev. 2020.

INEP. **Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas**. Brasília: INEP, 2019b. Disponível em: <http://inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 14 jan. 2020.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2008**. Brasília: INEP, 2009a. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 05 fev. 2020.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2018**. Brasília: INEP, 2019a. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 14 jan. 2020.

LIMA, F. B. G. Os Institutos Federais como novo locus de formação de professores. **Movimento Revista de Educação**, v. 3, n. 4, 2016b.

LIMA, M. F. B. A expansão dos cursos de licenciaturas nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: considerações sobre a proposta



governamental. 2016, Maringá. **Anais** [...] Maringá: UEM, 2016a. Disponível em: [http://www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos/e\\_2/2-002.pdf](http://www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos/e_2/2-002.pdf). Acesso em: 05 jan. 2020.

LIMA, M. F. B.; BARREYRO, G. B. Cursos de licenciaturas nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: considerações sobre um novo locus de formação de professores. **RBPAE**, v. 34, n. 2, p. 501-521, 2018.

MACHADO, W. ARQUETIPOLOGIA E EDUCAÇÃO: Considerações para uma pedagogia do imaginário. **Cadernos Cajuína**, v. 6, n. 4, p. 310-325, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.52641/cadcaj.v6i4.542>.

MORORÓ, L. P.; PEREIRA, C. W. S. A formação de professores nos Institutos Federais: interiorização e efeitos sobre a profissionalização docente no norte de Minas Gerais. **Educação em Debate**, v. 41, n. 80, p. 9-25, 2019.

RIBEIRO, E. A.; MEDEIROS, D. C. Expansão da Educação Superior no Brasil na última década: surgimento de um novo cenário de acesso? **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, p. 1-18, 2020.

TREBIEN, M. M. *et al.* Formação continuada de professores: uma epistemologia da prática. **Ambiente: Gestão e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 91-102, 2020. DOI: 10.24979/359. Disponível em: <https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/359>. Acesso em: 19 out. 2022.

WUNENBURGER, J. J. Educação imaginativa ou a utopia pedagógica de Gaston Bachelard. **Revista Cacto Ciência, Arte, Comunicação em Transdisciplinaridade Online**, v. 1, n. 2, 2021.

Recebido em: 20-10-2022

Aceito em: 15-03-2023

